



Desmistificando o uso da IA no setor jurídico

Apresentação

Na prática jurídica, as novas tecnologias são aliadas dos advogados para aumentar a produtividade e eficiência no escritório. Nesse contexto, o termo

Inteligência Artificial ganha força. Mas ao mesmo tempo, é cercado de mitos quanto às suas aplicações.

O que parece IA são, na verdade, outros tipos de tecnologia que podem trazer benefícios à rotina do advogado. Descubra as diferenças a seguir.



O que é Inteligência Artificial?

É a inteligência que capacita computadores e equipamentos digitais para aprender, ler e analisar. Um tipo de inteligência apresentada por máquinas, particularmente por sistemas de computador.

Os tipos de IA



IA fraca, limitada ou estreita

Consiste em algoritmos programados para executar determinadas tarefas, tendo como base um grande volume de dados.

O exemplo desta modalidade são alguns chatbots de perguntas e respostas, assistentes de voz, sistemas de recomendação.



IA geral

Esta se assemelha à inteligência humana e é capaz de reagir a estímulos. Pode ser treinada em um conjunto de dados históricos pré-identificados para assinalar padrões.

IA geral é capaz de analisar e fazer sugestões ou previsões baseadas nesses padrões, utilizando probabilidades para responder a perguntas. Apesar de poder gerar coisas novas, ela não toma decisões no lugar dos humanos.

Um exemplo dessa tecnologia é o ChatGPT.



IA forte ou Super Inteligência

Ainda existente apenas na teoria, esta IA consegue analisar o contexto em que ela está inserida.

Um exemplo seria um assistente virtual, que além dos dados históricos e da previsão, fosse capaz de analisar o contexto em que ele existe – eventos aleatórios, guerras, calamidades –, além de ser consciente de si mesmo: se é um sistema jurídico, financeiro ou outro sistema.

O que é IA nos sistemas jurídicos:



1. Sugestões:

softwares indicam a probabilidade de publicações serem prazos, audiências ou recursos processuais. Os advogados analisam e validam as sugestões, o software aprende e recalcula as próximas.



2. Criação de documentos:

sistemas escrevem peças jurídicas. Os advogados escolhem a área e o tipo de peça, e o software gera um documento para ser editado. Útil para aqueles que estão iniciando no Direito e não possuem modelos pré-definidos.



3. Pesquisa de jurisprudência:

softwares usam IA para pesquisar jurisprudência e apresentar dados em BI (Business Intelligence). Permitem filtrar e classificar tipos de jurisprudência para uso nas peças jurídicas.



4. ChatGPT:

resume e traduz textos jurídicos para uma linguagem leiga. Simplifica publicações para uma compreensão mais fácil, sem substituir o contato com o advogado.

O que não é IA, mas utiliza algoritmos:



1. Sistemas de ações pré-programadas:

Automação Robótica de Processos (RPA) para captura, cadastro, notificação, configuração de alertas e envio de relatórios automatizados. Segue fluxos de trabalho pré-definidos.



2. Regras de negócios automatizadas:

softwares que utilizam regras e lógicas específicas, mas não têm capacidade de aprender ou se adaptar. É o método "what IF" que prevê cenários tais como regras de cobrança – "êxito", "fracasso".



3. Workflow:

softwares de automação de atividades e rotinas. Estes não utilizam IA para interpretar ou criar coisas.



Confira outros conteúdos sobre tecnologia e mantenha-se atualizado no mercado jurídico.

[Acesse a biblioteca](#)